ECONOMIA DO MAR

NA CAPITAL DA AMAZÔNIA AZUL

O evento intitulado "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul" reuniu autoridades, representantes do setores público e privado, e da sociedade civil para debater o tema na Associação Comercial da Bahia (ACB) e no Wish Hotel da Bahia, em Salvador. Promovido pelo Ministério Público Federal e pela Comissão de Economia do Mar da ACB, contou com apoio da Marinha do Brasil. Confira a cobertura a seguir.



Foto: Shutterstock

PATROCÍNIO:















APOIO INSTITUCIONAL:















REALIZAÇÃO:



Foto: Florian Boccia



Salão histórico da Associação Comercial da Bahia recebeu a noite de abertura do seminário sobre Economia do Mar na Amazônia Azul

AGENDA OCEÂNICA

DEBATE | Seminário marca o início de uma agenda conjunta em prol da Economia do Mar

Sabia que, além de da Floresta Amazônica, o Brasil também possui uma Amazônia Azul? Trata-se de uma extensa área marítima, cuja Zona Econômica Exclusiva (ZEE) conta, atualmente, com 3,6 milhões de quilômetros quadrados, com a possibilidade de chegar a 5,7 milhões de km². Sob esta superfície imensa, o país abriga inúmeras riquezas.

Para debater o tema, apresentar este cenário e propor soluções, autoridades, representantes do setor privado e da sociedade civil estiveram reunidos em Salvador, nos dias 17 e 18 deste mês. O seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul" foi promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Comissão de Economia do Mar da Associação Comercial da Bahia, com apoio da Marinha do Brasil.

Na noite de abertura, realizada no histórico prédio da ACB, no bairro Comércio, o coordenador da Câmara de Ordem Econômica e Consumidor do MPF, Luiz Augusto Lima, destacou a importância do evento para a sociedade. "Dos nossos portos

são escoados mais de 95% do comércio exterior brasileiro, ao mesmo tempo, conhecemos pouco do potencial que há sob o nossooceano", observou.

Lima, que representou o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, defendeu que seja criada uma cultura sobre este tema. "Reuniões semestrais serão realizadas pelos membros designados para esse projeto, que prevê parcerias e ações conjuntas entre os municípios, estados e a União, todos aqueles que conosco possam colaborar com a nossa Amazônia Azul", ressaltou.

MARÉ POSITIVA

O comandante do 2º Distrito Naval, vice-almirante Antônio Carlos Cambra, assegurou que a força naval sempre estará comprometida com as águas oceânicas em território brasileiro, conforme determina a Constituição Federal. "O período de 2021-2030 marca a Década dos Oceanos das Nações Unidas. Na Bahia, temos observado um forte movimento pela Economia do Mar, com destaque para o lançamento recente do Cluster Tecnológico Naval."



Luiz Augusto Lima, da Câmara de Ordem Econômica e Consumidor do MPF



Foto: Florian Boccia



Para o chefe da divisão de apoio da Secretaria da Pesca Industrial do Ministério da Pesca e Agricultura, Rui Teixeira, este é o momento de unir esforços. "É uma semente que resultará em frutos daqui para a frente. Sabemos das potencialidades da Amazônia Azul, mas também dos seus desafios. Alcançar o êxito somente é possível com governança e o envolvimento de todos os atores relacionados", afirmou.

A noite de abertura do evento contou com a presença de representantes dos Ministérios Públicos da Argentina, Colômbia, Paraguai e Uruguai, além de procuradores e parlamentares brasileiros.

Salvador foi escolhida para sediar o lançamento do projeto por ser considerada a capital da Amazônia Azul, um conceito simbólico que atribui às águas oceânicas brasileiras a importância da Floresta Amazônica (Amazônia Verde). Trata-se de uma iniciativa com desdobramentos em diversas frentes, com a participação de vários parceiros institucionais, e que tem o desafio de assegurar proteção a um patrimônio nacional de valor inestimável.

O projeto Economia do Mar é uma realização do jornal Correio com o patrocínio da Acelen, Belov Engenharia, Engeprom, Ocyan, Petrobahia, Ponte Salvador Itaparica, Tronox e apoio institucional do Ministério Público Federal, Associação Comercial da Bahia, Marinha do Brasil, Prefeitura de Salvador, Sebrae e WWI.



GERENTE COMERCIAL LUCIANA GOMES Luciana.Gomes@ redebahia.com.br

COORDENADORA
VANESSA
MAGALHÃES
Vanessa.Araujo@
redebahia.com.br

ANALISTA DE
MARKETING E PROJETOS
IVIE LEONE
Ivie.Leone@
redebahia.com.br

EDITORA DE CONTEÚDOS E PROJETOS MARÍLIA GABRIELA CRUZ Gabriela.Cruz@ redebahia.com.br

COMUNICAÇÃO

MONIQUE DUARTE

Monique.Duarte@

redebahia.com.br

DEPARTAMENTO
COMERCIAL
comercial.correio@
redebahia.com.br

REPORTAGEM
MURILO GITEL
murilo.gitel@gmail.com

DESIGN GRÁFICO IAN THOMMAS ianthomr@gmail.com



Dos nossos portos são escoados mais de 95% do comércio exterior brasileiro, ao mesmo tempo, conhecemos pouco do potencial que há sob o nosso oceano.

Luiz Augusto Lima, subprocurador–geral da República



Sabemos das potencialidades da Amazônia Azul, mas também dos seus desafios. Alcançar o êxito somente é possível com governança e o envolvimento de todos os atores relacionados.

Mapa da Amazônia Azul

Buscando ampliar a mentalidade marítima na sociedade brasileira, em função do legado para as futuras gerações e do efeito multiplicador, encontros de trabalho com os órgãos competentes estão sendo realizados e providências tomadas para inclusão do conceito de "Amazônia Azul" na formação de professores e nas publicações e mapas oficiais. Abaixo, o Mapa da Amazônia Azul, incluído no Atlas do IBGE e livros didáticos.





66

O período de 2021–2030 marca a Década dos Oceanos das Nações Unidas. Na Bahia, temos observado um forte movimento pela Economia do Mar, com destaque para o lançamento recente do Cluster Tecnológico Naval.





UM MAR DE OPORTUNIDADES

SUSTENTABILIDADE | Serviços ecossistêmicos prestados pela Amazônia Azul envolvem projetos de geração de energia e empreendedorismo





O PIB do mar brasileiro é avaliado em R\$ 2 trilhões, equivalente ao do agronegócio. Nossa Amazônia Azul precisa de inovação na governança socioeconômica e ambiental (ESG).

Eduardo Athayde diretor do WWI no Brasil



A eólica offshore tem potencial altamente relacionado ao viés socioambiental, mas, para isso, precisamos de uma regulamentação robusta, a fim de tornar essa energia monetizável para entrar no grid.

Marcelo Mafra, VP de Sustentabilidade da Ocyan

Quanto valem os serviços ambientais que os oceanos do mundo oferecem aos países? De acordo com um estudo do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), este valor é estimado em US\$ 24 trilhões, o que significa que se fossem um país, estas vastas extensões de água estariam entre os 10 maiores PIBs (Produtos Internos Brutos) do planeta.

Com o objetivo de discutir as oportunidades e os desaoportunidades, especialistas em sustentabilidade, representantes da Marinha, do setor privado e da academia estiveram reunidos no Wish Hotel da Bahia. no dia 18 deste mês, durante o seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul", promovido pelo Ministério Público Federal e a Comissão de Economia do Mar da Associação Comercial da Bahia (ACB).

O diretor da Rede WWI (Worldwatch) no Brasil e coordenador da Comissão de Economia do Mar da ACB, Eduardo Athayde, destacou que o Brasil é uma biopotência em se tratando de

Economia do Mar, razão pela qual não pode ficar para trás em relação aos demais países.

"Nove em cada dez investidores estão interessados em financiar projetos nessa área. O PIB do mar brasileiro é avaliado em R\$ 2 trilhões, equivalente ao do agronegócio. Nossa Amazônia Azul precisa de inovação na governança socioeconômica e ambiental (ESG)", defendeu Athayde.

Para o vice-presidente de Marcelo Mafra, a Amazônia Azul tem um imenso potencial para o que chamou de "evolução energética", um conceito que pressupõe substituir a emissão de carbono nocivo por alternativas menos impactantes ao meio ambiente. A energia eólica offshore (em alto-mar), segundo ele, é um exemplo.

VIÉS SOCIOAMBIENTAL

"A eólica offshore tem potencial altamente relacionado ao viés socioambiental, mas, para isso, precisamos de uma regulamentação robusta, a fim de tornar essa energia monetizável para entrar no

grid. Já existem projetos de 176 MW programados no Brasil, alguns sendo de empresas de óleo e gás como potenciais desenvolvedores. A energia de marés também é promissora, mas ainda necessita de um maior desenvolvimento de pesquisa e tecnologia", obser-

vou Mafra. O comandante do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil. vice-almirante Antônio Carlos Cambra, mencionou que embora 80% da população brasileira viva a menos de 200 metros do mar, apenas 15% dos estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências do Mar sabem o que significa a Amazônia Azul. Ele saudou a recente aprovação do projeto de lei (PL) que estabelece o ensino da cultura oceânica nas escolas de Salvador. O PL é de autoria do vereador André Fraga (PV).

CONCEITO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

"Para a Marinha, mais do que um espaço geográfico, a Amazônia Azul deve ser vista como um conceito político-estratégico, capaz de

gerar riquezas para o país", ressaltou Cambra. Segundo o comandante, a área possibilita a geração de energia por óleo, gás, vento, ondas e maré, além de representar 97,6% da produção nacional de petróleo e 83,2% da de gás natural.

A aproximação da academia com as ciências aplicadas é fundamental para compreendermos o desenvolvimento sustentável. Esta é a visão do professor do Instituto do Ma em Santos (SP) Rodrigo More, que lidera o Centro Interdisciplinar de Estudos do Espaço Oceânico. "A Amazônia Azul tem valor inestimável. O Brasil deve abraçar o mar, ao invés de dar as costas a ele", sugeriu.

O especialista defendeu a criação de hubs logísticos pesqueiros, de aquicultura e turismo, além de treinamento sobre inovação de processos. Sobre as barreiras referentes ao empreendedorismo ligado à Economia do Mar, More citou fatores como aspecto legal, capacitação, gestão pouco profissionalizada e déficit de infraestrutura no local do empreendimento.



Para a Marinha, mais do que um espaço geográfico, a Amazônia Azul deve ser vista como um conceito político-estratégico, capaz de gerar riquezas para o país.

Antônio Carlos Cambra comandante do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil



A Amazônia Azul tem valor inestimável. O Brasil deve abraçar o mar ao invés de dar as costas a ele.

Rodrigo More,

professor do Instituto do Mar em Santos (SP)



A Amazônia Azul tem um grande potencial de desenvolvimento econômico, sustentável e estratégico para o Brasil, que envolve diversas áreas e segmentos, sendo a energia um deles, tanto renováveis, quanto não renováveis. Trata-se de uma área que engloba o mar sob jurisdição nacional, sendo fonte de recursos, tanto por bens naturais quanto pela sua biodiversidade. É na área da Amazônia Azul que estão as reservas do pré-sal, das quais se retiram cerca de 85% do petróleo e 75% do gás natural do país.

Mas de que forma o negócio da Ocyan se relaciona com a Amazonia Azul? A Ocyan é uma empresa que presta serviços para o setor de óleo e gás, reconhecida pela sua excelência operacional e perfil integrador na cadeia de valor, reunindo larga expertise nas áreas de produção, perfuração, construção submarina, manutenção e montagem offshore. Apesar de já ser atuante em partes da Amazônia Azul a Ocyan enxerga seu potencial para muito além do óleo e gás e é com seu tradicional olhar aliado a atuação de vanguarda que pretende atuar nesta região contribuindo para o desenvolvimento da indústria de energia brasileira. Para isso, a empresa criou uma Unidade de Negócios batizada como Novas Energias e Servi-

Além de manter seu core business na área de petróleo, a Ocyan firmou um compromisso público e ousado dentro de sua agenda ESG de migrar 25% de seu negócio para energia limpa até 2040, investindo no que ela chama de evolução energética sustentável. Para alcançar este objetivo de longo prazo, desbravar as potencialidades da Amazônia Azul é um caminho. O direcionamento estratégico da empresa já vislumbra novas fronteiras neste território, visando a oferta de novos serviços para a produção de novas energias.

Algumas oportunidades já estão mapeadas. A Ocyan quer aproveitar sua experiência para prestar serviços para o embrionário mercado de eólicas offshore, setor que tem similaridade com as atividades de exploração e produção de óleo e gás offshore. Hoje, ainda há a necessidade de se avançar na regulamentação da atividade, mas é um mercado altamente promissor. Existem extensas áreas na Amazônia Azul onde são viáveis a exploração econômica e sustentável dessa nova fonte de energia, cujo potencial brasileiro é de aproximadamente 700GW provenientes só de energia eólica offshore. O nordeste brasileiro, área da margem equatorial, costa do sudeste e sul possuem vastas áreas a serem exploradas.

A Ocyan avança nessa jornada pela evolução energética consciente, respeitando o meio ambiente e toda a riqueza natural do Brasil.





QUESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

EXEMPLO | Estado do Rio de Janeiro é pioneiro na criação de Secretaria de Economia do Mar

No Rio de Janeiro, a Economia do Mar é uma questão de política pública. Pioneira no Brasil, a Secretaria de Energia e Economia do Mar (Seenemar) tem liderado os programas e projetos estratégicos nessas áreas, o que contribui para auxiliar os municípios costeiros do estado - responsáveis por 28% dos postos de trabalho formais do país em tais segmentos.

A pasta é liderada pelo deputado federal licenciado Hugo Leal da Silva (PSD-RJ), que apresentou o case da Secretaria durante o seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul". realizado dia 18 deste mês, no Wish Hotel da Bahia. Na ocasião, o parlamentar destacou que a criação do órgão público reflete uma preocupação do Estado de conectar suas atividades com as políticas nacionais já existentes.

"Ao todo, 85% da produção nacional de petróleo e 75% do gás natural estão no Rio de Janeiro. Temos uma superintendência de óleo e gás e outra de energias limpas, onde trabalhamos os processos de descarbonização. Hoje, discutimos fortemente questões como a do biometano, que gera eletricidade por meio do reaproveitamento dos resíduos sólidos", destacou o secretário da Seenemar. O almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior



apresentou o projeto Cluster Tecnológico Naval da Bahia. Ele defendeu a necessidade da aproximação da Marinha com sociedade civil, indústrias, governos e instituições públicas na definição da agenda da iniciativa, que já está implantada no Rio de Janeiro.

"Precisamos de relações institucionais civilizadas para encontrar um ponto de consenso, considerando os pontos divergentes na visão de cada um para que possamos contemplar as quatro dimensões de desenvolvimento na

exploração do mar: ambiental, econômica, energia e defesa", afirmou o almirante.

SECRETARIA NACIONAL **E CLUSTER ESTADUAL**

O almirante Ilques também destacou a importância de apoiar, em nível federal, a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento da Economia do Mar. "Já em nível estadual, é fundamental o fortalecimento do Cluster Tecnológico Naval da Bahia, com ordenamento jurídico (apoio do MP) e estímulo à capacitação (parcerias com o SENAI CIMATEC)", apontou.

O papel dos portos para a Amazônia Azul foi o tema da apresentação do presidente da Intermarítima, Roberto Oliva, o qual destacou que 26% do PIB nacional, 95% do comércio exterior e 100% das exportações do agronegócio passam pelas instalações portuárias brasileiras. "Esse desenvolvimento precisa ser pautado pela sustentabilidade, respeitando todos aqueles que usufruem de suas riquezas", afirmou.

DESAFIOS LOGÍSTICOS

Oliva, que também é delegado Regional da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), observou que a Baía de Todos-os-Santos, por contar com a melhor condição geográfica portuária do Hemisfério Sul, pode vir a se tornar o terceiro principal terminal de escoamento de carga do país, "desde que supere barreiras logísticas como a desconexão com o sistema ferroviário nacional e a ausências de duplicação das principais estradas federais que cortam o estado."

A importância dos recursos minerais marinhos foi abordada pelo coordenador-geral de Geologia e Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia, José Ubaldino de Lima, para quem a costa brasileira possui riquezas estratégicas, cuio potencial é capaz de aiudar a resolver problemas como o da insegurança alimentar.

"Não se pode deixar de considerar os recursos minerais marinhos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, principalmente com vistas à segurança alimentar e à transição energética. Atualmente, estamos pesquisando fosforita no mar. O Brasil precisa importar 54% do fosfato utilizado pela agricultura", exemplificou o representante do MME. Segundo José Ubaldino, o Plano Nacional de Mineração deverá ser lançado nos próximos meses.

Foto: Florian Boccia









Ao todo, 85% da produção nacional de petróleo e 75% do gás natural estão no Rio de Janeiro. Temos uma superintendência de óleo e gás e outra de energias limpas, onde trabalhamos os processos de descarbonização.

Hugo Leal da Silva,

secretário estadual de Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro



Precisamos de relacões institucionais civilizadas para encontrar um ponto de consenso, considerando os pontos divergentes na visão de cada um para que possamos contemplar as quatro dimensões de desenvolvimento na exploração do mar: ambiental, econômica, energia e defesa.

almirante Ilques Barbosa Júnior,

coordenador de Desenvolvimento de Negócios e Relacionamento Institucional do CTN-RJ



O desenvolvimento dos portos da Amazônia Azul precisa ser pautado pela sustentabilidade, respeitando todos aqueles que usufruem de suas riquezas.

Roberto Oliva,

presidente da Intermarítima



Não se pode deixar de considerar os recursos minerais marinhos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, principalmente com vistas à segurança alimentar e à transição energética.

José Ubaldino de Lima,

coordenador-geral de Geologia e Recursos Minerais do MME

1.233 quilômetros quadrados de azul. Para a Acelen, cada um deles importa.

Reduzindo os impactos de nossas operações sobre o meio ambiente, estamos ajudando a proteger a Baía de Todos-os-Santos.

- Menos 9% nas emissões de CO₂
- Menos 54% no volume de gás enviado ao flare
- Menos 41% de enxofre enviado ao flare
- Menos 8% no consumo de água
- Menos 5% no consumo de energia
- carbono zero
- Créditos de carbono destinados ao projeto de manejo sustentável no Aterro Sanitário de Salvador
- Redução de 30% dos resíduos neste ano e seu reaproveitamento em novos produtos.

*Resultados relativos ao ano de 2022 em

aceten O futuro a gente não deixa para amanhã. energia para acelerar

Foto: Florian Boccia



PLANEJAR É PRECISO

DESAFIOS | Multissetorial e público, Planejamento Espacial Marinho é indispensável para a Amazônia Azul

Se "navegar é preciso", como já anunciava o célebre poema do escritor português Fernando Pessoa, quando o assunto é a Amazônia Azul, há um consenso de que planejar também é preciso. Daí a importância do Planejamento Espacial Marinho (PEM), instrumento coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

Segundo definição Marinha do Brasil, o PEM é um poderoso instrumento público, multissetorial, de cunho operacional e jurídico, indispensável para garantir a governança e a soberania da Amazônia Azul. Sua relevância foi abordada na apresentação feita pelo capitão de Mar e Guerra Rodrigo Carvalho, no dia 18 deste mês, durante o seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul", realizado no Wish Hotel da Bahia.

Carvalho, que integra a CIRM, explicou que o Brasil assumiu em 2017 o compromisso de implementar o PEM até 2030. "Para isso é importante que governos e demais instituições atuem na governança. O PEM é fundamental, por exemplo, para o desenvolvimento da energia eólica offshore", citou.

O oficial compartilhou com o público a experiência do Plano de Gestão do Espaço Marinho da Bélgica, que possibilitou a implantação de um parque eólico offshore em menos de dois anos. "Queremos, até 2030, permitir que projetos semelhantes sejam implantados no Brasil. Como são investimentos em longo prazo, precisamos fornecer o arcabouço jurídico para o governo e os investidores". detalhou Carvalho.

BASE DE ECONOMIA AZUL

Na mesma linha, a coordenadora-geral do Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente e Mudanca do Clima (MMA), Marinês Scherer, a meta é de que





Foto: Florian Boccia Foto: Florian Boccia

Marinês Sherer: o

PEM é a base para a





nacionais estejam cobertos

por planos de PEM até 2030. "Não existe Economia Azul sem que ela esteja associada aos ecossistemas. O PEM é a sua base, levando-se em conta sua importância para a segurança jurídica", defendeu.

Os desafios para o desenvolvimento do turismo náutico foram apresentados pela coordenadora do Grupo de Turismo Náutico do Fórum Náutico Paulista (FNP), Bianca Colepicolo. "É muito mais rápido e eficiente a gente organizar o turismo para levar emprego e renda para as pessoas, do que em relação a qualquer outra atividade", afirmou.

TURISMO NÁUTICO **E RECICLAGEM**

A representante do FNP citou o fator cultural como um dos principais desafios para o turismo náutico no Brasil, juntamente com a infraestrutura. "A percepção que boa parte que as pessoas têm é de que barco é coisa de rico. No imaginário popular é sempre um iate, por exemplo. Um de nossos projetos pretende lançar o primeiro veleiro a preço de carro popular", projetou Colepicolo.

Atualmente, o mercado global da reciclagem de embarcações conta com apenas quatro grandes players (Bangladesh, Paquistão, Turquia e Índia). O Brasil pode passar a ter parte dessa fatia, segundo o analista de negócios da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), André Sochaczewski. Para isso, é essencial desenvolver o arcabouço jurídico necessário.

"Hoje tramita no Congresso o Projeto de Lei de Reciclagem de Embarcações (nº 1584/21), que será a primeira legislação sobre o assunto em nível nacional e trará mais segurança jurídica para essa atividade. A Bahia pode se beneficiar bastante, uma vez que possui estaleiros e siderúrgicas, criando mais emprego e renda para a população e tributos para o estado", ressaltou Sochaczewski.



Queremos, até 2030, permitir que projetos semelhantes sejam implantados no Brasil. Como são investimentos em longo prazo, precisamos fornecer o arcabouço jurídico para o governo e os investidores.

Rodrigo Carvalho capitão de Mar e Guerra



Não existe **Economia Azul** sem que ela esteja associada aos ecossistemas. O PEM é a sua base.

Marinês Scherer, coordenadora-geral do Gerenciamento Costeiro do MMA



É muito mais rápido e eficiente a gente organizar o turismo para levar emprego e renda para as pessoas, do que em relação a qualquer outra atividade.

Bianca Colepicolo coordenadora do FNP



A Bahia pode se beneficiar bastante do mercado de reciclagem de embarcações, uma vez que possui estaleiros e siderúrgicas, criando mais emprego e renda para a população e tributos para o estado.

André Sochaczewski, analista de negócios da Emgepron



Óleo diesel marítimo da Petrobahia.

Mais eficiência, muito mais proteção para a vida marinha.





A ECONOMIA DO MAR NA **VISÃO DE QUEM A MOVIMENTA:**



Foto: Florian Boccia

Nossa Baía de Todos-os-Santos é grande. Falo como engenheiro de obras portuárias. Dá para fazer muitos portos, terminais, marinas e hotéis de turismo para aproveitar essa beleza toda.

Aleixo Belov, velejador, engenheiro e empresário



Foto: Florian Boccia

A razão de existir da ponte, em si, é ser um relevante vetor de distribuição de renda e desenvolvimento social para a Baía de Todos-os-Santos como um todo, daí sua conexão com a Economia do Mar.

Claudio Villas Boas CEO da Ponte Salvador-Itaparica



Foto: Florian Boccia

A Ocyan enxerga a Amazônia Azul como uma enorme fronteira de geração sustentável de oportunidades que podem levar desenvolvimento, emprego, renda e desenvolvimento tecnológico para todo o Brasil.

Marcelo Mafra,

vice-presidente de Sustentabilidade da Ocyan



Foto: Florian Boccia

A estratégia brasileira para a indústria naval precisa ter foco em quatro frentes: geração de emprego e renda, qualidade de vida, estabilidade social e prosperidade econômica.

André Sochaczewski,

coordenador do Departamento de Apoio aos Negócios da Emgepron



Foto: Divulgação

Através do mar entram matériasprimas e insumos fundamentais para a fábrica da Tronox em Camaçari, e por ele saem nossos produtos. É de grande importância debater com mais atenção a Economia do Mar.

Roberto Garcia

diretor Américas da Tronox



Foto: Divulgação

A BTS tem um potencial enorme para se tornar um hub de abastecimento para os mercados nacional e internacional. Além das oportunidades futuras ligadas aos projetos para abastecer navios modernos.

Thiago Andrade CEO da Petrobahia



Foto: Sergio Zacchi

A Refinaria de Mataripe é banhada pela BTS, a Capital da Amazônia Azul, que sempre foi um dos motores da economia baiana. Queremos estar juntos nas principais discussões que buscam os melhores caminhos de geração de riquezas e bem-estar social.

Marcelo Lyra,

vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e ESG da Acelen



Foto: Darío G. Neto

É fundamental uma governança articulada para a Economia do Mar, pois temos muitos agentes, instâncias e atividades econômicas capazes de contribuir para o desenvolvimento do nosso estado.

Vitor Lopes, diretor de Administração e Finanças do Sebrae Bahia



A ECONOMIA DO MAR COMO PILAR PARA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS.

ago

Compreendendo os recursos e oportunidades dos oceanos, a busca é pelo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação dos ecossistemas marinhos.

A exploração responsável dos recursos impulsiona setores e estimula a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas.

A Economia do Mar promove um futuro sustentável, onde crescimento e inovação derivam da preservação dos ecossistemas, garantindo a saúde do planeta e das gerações futuras.

A Tronox, comprometida com a sustentabilidade, apoia toda iniciativa em prol da sociedade.





Foto: Reprodução

ARTIGO | EDUARDO ATHAYDE

Ministério Público Federal e Marinha na Capital da Amazônia Azul

O mural de Candido Portinari, de 24 m², exposto no Salão Nobre da bicentenária Associação Comercial da Bahia (ACB) retratando a chegada de Dom João VI a Salvador, em 1808. após a travessia do Oceano Atlântico movido a energia eólica, foi visitado por procuradores do Ministério Público Federal dos 17 estados costeiros brasileiros, durante o lançamento do projeto "Economia do Mar na Amazônia Azul", do MPF, que escolheu Salvador e a Baía de Todos-os-Santos, Capital da Amazônia Azul, como berço da civilização brasileira, para sediar do evento.

Baseada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos), que confere aos países costeiros uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) contígua de 200 milhas náuticas de largura, a Marinha batizou como Amazônia Azul a ZEE brasileira de 5,7 milhões de Km², onde a lâmina d'água, solo e subsolo integram e ampliam o território nacional, pesquisado e monitorado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) www.marinha.mil.br/secirm.

A Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (ONU 2021-2030) destaca os oceanos que cobrem 361 milhões de km², cerca de 71% da superfície da Terra. O Pacífico tem 168,7 milhões de km², (46,6%); o Atlântico 85,1 milhões km², (23,5%); o Índico 70.5 milhões km², (19,5%); o Antártico 21,9 milhões km², (6,1%) e o Ártico 15,5 milhões km², (4,3%) e são vitais para a economia mundial, movimentando nas suas rotas mais de 95% dos bens comercializados por um PIB global de US\$ 100 trilhões.

Três quartos dos países do mundo fazem fronteira com um oceano. Além da função natural de provedor de alimentos, e das algas marinhas serem responsáveis pela produção da maior parte do oxigênio do planeta, os oceanos regulam o clima e o tempo. Quase metade da população mundial (44%) vive e trabalha a 150 km da costa.

Relatórios da OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o ESG, indicam que nove em cada dez investidores estão interessados em financiar a economia oceânica sustentável como fonte de alimentos, parques eólicos offshore, prospecção mineral e combustíveis navais carbono zero. A restauração dos



Chegada da Família Real a Salvador - Cândido Portinari. Salão Nobre da Associação Comercial da Bahia, fundada em 1811



Relatórios da OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o ESG, indicam que nove em cada dez investidores estão interessados em financiar a economia oceânica sustentável.

ecossistemas costeiros para garantir a subsistência das comunidades locais e como ambientes para lazer, também estão no foco dos 'investimentos azuis' apoiados no Brasil pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

Ao unir a inteligência iurídica do MPF e a inteligência marítima da Marinha do Brasil para acompanhar investimentos no mar - ora instigados pela inteligência artificial (IA) - avanços no ordenamento do espaço através do Planejamento Espacial Marinho (PEM) se fazem urgentes para atender ao compromisso assumido pelo Brasil durante a Conferência da ONU para os Oceanos, em 2017, de implantação até 2030. O PEM da região marinha do Sul do país, apoiado pelo BNDES,é

um projeto-piloto que poderá ser usado por outras regiões brasileiras.

O PEM é um instrumento público, multissetorial, de cunho operacional e jurídico, e uso compartilhado, indispensável para garantir a governança sustentável das riquezas e promover a geração de divisas da economia do mar que movimenta, no Brasil, cerca de R\$ 2 trilhões por ano, valor equivalente ao produzido anualmente pela agricultura.

O mercado financeiro internacional motivado, já segue tendências azuis. Os chamados 'Blue Bonds' (títulos azuis), referenciados pela Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA) e pela International Maritime Organization (IMO), agência das Nações Unidas

responsável pela segurança e proteção da navegação e pela prevenção da poluição marinha; inovam ao redor do mundo, a exemplo da Ørsted, companhia petrolífera estatal da Dinamarca, que anunciou sua primeira oferta de "títulos azuis", para levantar € 100 milhões destinados a financiar a biodiversidade oceânica e iniciativas de navegação sustentável.

Articulando-se com as inovações tecnológicas desses investimentos transnacionais, o 'Cluster Tecnológico Naval da Capital da Amazônia Azul', apoiado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), vinculada ao Ministério da Defesa; realizou a sua primeira reunião de planejamento na Comissão de Economia do Mar da ACB, em cooperação

com a Federação das Indústrias da Bahia (FIEB) e o Cimatec Mar, criado para apoiar atividades e pesquisas marítimas industriais e comerciais.

Já realizado para as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) de vários países do mundo, o PEM, agora acompanhado de perto pelo MPF, que vela pela observância da Constituição e das leis; reforça a segurança jurídica para investimentos no mar, incluindo petróleo e gás, defesa, energia offshore, portos e transporte marítimo, indústria naval, extração mineral, turismo e esportes náuticos, pesca e aquicultura, biotecnologia, cultura popular e culinária; visando trazer inteligências e governanças novas para o desenvolvimento sustentável da Economia do Mar na Amazônia Azul.

ENTREVISTA | ALEIXO BELOV

"Tudo o que fiz, devo à Baía de Todos-os-Santos »

O velejador, engenheiro e como este para a Amazônia escritor Aleixo Belov, que completou oito décadas de vida em 2023, tinha apenas seis anos quando migrou com a família da Ucrânia para à Bahia, refugiando-se da Segunda Guerra. Foi em Salvador, a Capital da Amazônia Azul, que ele se encantou pelo mar, paixão que nunca mais arrefeceu.

Desde então, Belov já completou cinco voltas ao mundo a bordo dos veleiros "Três Marias" e "Fraternidade", escreveu dez livros e teve a honra de conduzir o primeiro barco brasileiro a fazer a passagem Noroeste. Como se não bastasse, presenteou a sociedade com a criação do Museu do Mar, sediado no Santo Antônio Além do Carmo.

O velejador, que foi homenageado durante o seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul". conversou com o CORREIO na sede da Associação Comercial da Bahia:

CORREIO: Como o senhor

marketing@emgepron.gov.br

ALEIXO BELOV: Eu acho que, finalmente, o pessoal acordou para o mar. O mar é tudo para mim. Viajei por todos os oceanos do mundo. É pesca, transporte, importação, exportação, petróleo, enfim, não há como viver sem ele.

A Baía de Todos-os-Santos tem seu potencial subestimado sobre a exploração sustentável dos seus recursos?

Nossa Baía é grande. Falo agora como engenheiro de obras portuárias. Dá para fazer muitos portos, terminais, marinas e hotéis de turismo para aproveitar essa beleza toda.

Como se dá a relação do senhor com a BTS?

Tudo o que eu fiz, devo à Baía de Todos-os-Santos, capital da Amazônia Azul Foi ela quem me transformou. Primeiro eu a estudei para só depois estudar mais ao norte e ao sul. Posso assegurar que o mundo tem muitos lugares vê a importância de eventos bonitos, mas a BTS é especial.



Aleixo Belov: uma história de amor pelo mar - museudomaraleixobelov.org.br



fin (a) /emgepron



DÉCADA DOS OCEANOS: EDUCAR PARA PRESERVAR

CONHECIMENTO | Período estabelecido pela ONU reforça a importância de preservar os ecossistemas marinhos

Conscientizar a população em todo o mundo sobre a importância dos oceanos e mobilizar atores públicos, privados e da sociedade civil organizada em ações que favoreçam a saúde e a sustentabilidade dos mares. Estes são os principais objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), lançada pelas Nações Unidas a cerca de dois anos.

A relevância deste movimento foi o tema da palestra ministrada no dia 18 deste mês pelo professor Alexander Turra, titular do Instituto Oceanográfico da USP, durante o seminário "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul", realizado no Wish Hotel da Bahia. "O oceano precisa estar na cabeça, no

Conscientizar a população coração e na alma das pesem todo o mundo sobre a soas", defendeu o especialista.

Na ocasião, Turra reforçou a importância de os países cumprirem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, o qual estabelece a necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. "Um dos principais desafios é compreender e mapear as fontes de poluentes e contaminantes, e seus impactos potenciais na saúde humana e nos ecossistemas oceânicos. além do desenvolvimento de soluções para removê-los ou mitigá-los", apontou.

A importância do ensino e da pesquisa para a Economia do Mar e o poder de transformação social da Amazônia Azul foram os temas da apresentação do almirante Marcelo Campos, presidente da Fundação de Estudos do Mar (Femar). Ele demonstrou, por meio de fotos da Península da Coreia do Sul de 1953, como o país asiático saiu de uma situação em que a população morria de frio e fome para se tornar um dos países mais desenvolvidos do mundo.

ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

"O motivo? A educação e o conhecimento", respondeu Campos, que também reivindicou que o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo seja priorizado como política pública. A Femar forma oficiais para a Marinha Mercante e participa do Programa Antártico Brasileiro em termos de pesquisa. "Algo fundamental à medida

que vivemos em tempos de mudanças climáticas", reforçou o almirante.

Na avaliação do presidente da Femar, transformar tecnologia em inovação é um desafio complexo, que deve envolver uma sinergia entre academia, poder público e setor privado. "Hoje, a inovação ocorre com uma velocidade incrível. Há áreas como a de energia, saúde e defesa que têm criado uma série de inovações incríveis. Observem que o GPS e a internet (que já usamos há um bom tempo) foram desenvolvidos dentro do âmbito militar", exemplificou Campos.

PESCA SUSTENTÁVEL

Os elementos para a composição de uma política de pesca competitiva e sustentável foram apresentados, no seminário, pelo assessor do Departamento da Indústria do Pescado da Secretaria Nacional de Pesca Industrial do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), Rui Donizete Teixeira. "Toda e qualquer matéria-prima de origem animal precisa passar por uma indústria. Essa capacidade industrial influencia toda a cadeia produtiva", lembrou.

No âmbito ambiental, Teixeira afirmou que a secretaria tem uma preocupação em reforçar para os pescadores a importância da preservação. "Conhecimento é tudo, de modo que a gente só vai conseguir defender aquilo que conhecemos. É fundamental preservar o ambiente marinho e os recursos pesqueiros para a sua sobrevivência e renda futura."

Conexões
Náuticas
BAHIA

O projeto Conexões Náuticas leva
capacitação em gestão empresarial
para as micro e pequenas empresas
da economia náutica.



O professor Alexander Turra

destacou a importância de

se preservar os oceanos

Foto: Florian Boccia



Foto: Florian Boccia





O oceano precisa estar na cabeça, no coração e na alma das pessoas.

Alexander Turra, professor titular do Instituto Oceanográfico da USP



A Femar forma oficiais para a Marinha Mercante e participa do Programa Antártico Brasileiro em termos de pesquisa. Algo fundamental à medida que vivemos em tempos de mudanças climáticas.

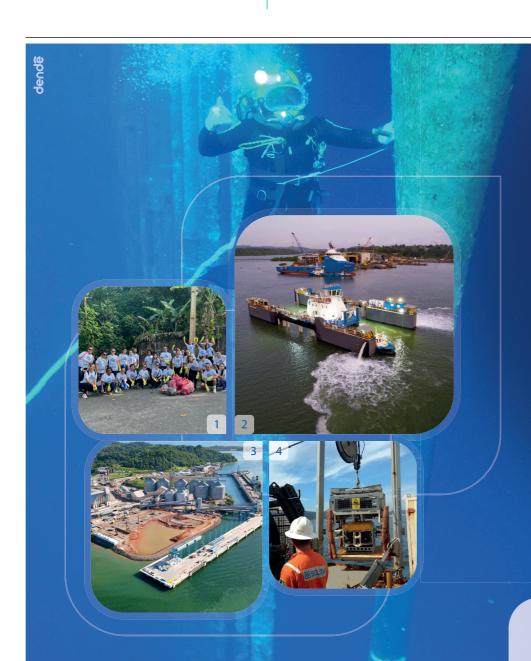
Almirante Marcelo Campos, presidente da Femar



Conhecimento é tudo, de modo que a gente só vai conseguir defender aquilo que conhecemos. É fundamental preservar o ambiente marinho e os recursos pesqueiros para a sua sobrevivência e renda futura.

Rui Donizete Teixeira

assessor do Departamento da Indústria do Pescado da Secretaria Nacional de Pesca Industrial do MPA



NA GRANDEZA DA AMAZÔNIA AZUL, ENCONTRAMOS DESAFIOS AINDA MAIORES.

Ao longo dos seus mais de 40 anos, a Belov traz na sua bagagem grandes projetos de engenharia portuária e subaquática, além de uma diversidade de serviços offshore. A grandeza do espaço em que atuamos define o tamanho do nosso compromisso com a sustentabilidade e os nossos desafios. Investimentos constantes em inovação e qualidade caminham lado a lado com ações concretas de conscientização à preservação ambiental, através do PEA, nosso Programa de Educação Ambiental. São pessoas, excelência e sustentabilidade, sempre juntas.

Óleo e Gás ■ Mergulho e ROV ■ Estaleiro Naval Obras portuárias e subaquáticas
Hidrografia e Geofísica Afretamento de embarcações

- 1. Ação ambiental promovida pela BELOV em Guapimirim RJ
- 2. Dique Flutuante Itapoan em operação em nosso estaleiro em Mapele/Ba.
- **3.** Obra Berço 3 do Terminal Portuário Cotegipe Salvador/BA
- **4.** Operação com ROV (remotely operated vehicle)



eng@belov.com.br +55 (71) 3416-1900 www.belov.com.br







ENTREVISTA | AUGUSTO ARAS

Em defesa da Amazônia Azul



Queremos e vamos trabalhar para que nossas águas oceânicas possam contar com a sustentabilidade. Acreditamos que o projeto Amazônia Azul vai contribuir para que alcancemos o equilíbrio desejado por todos.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, lançou, em Salvador (BA), o projeto "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul". A iniciativa deve viabilizar diversas parcerias com órgãos públicos, como a Marinha do Brasil e diversos ministérios e secretarias dos governos federal, estaduais e municipais, além de entidades da sociedade civil. Nesta entrevista, o procurador-geral destaca a importância do projeto, explicando como o MP deve atuar no âmbito da ordem jurídica para, em conjunto com esses órgãos promover a efetiva defesa das 200 milhas de águas oceânicas localizadas na costa brasileira, que formam, inclusive a zona econômica exclusiva do Brasil e que precisam ser preservadas.

CORREIO: O que é o projeto "O Ministério Público em Defesa da Amazônia Azul" e como ele vai funcionar?

AUGUSTO ARAS: Esse é um projeto de todo o Ministério Público Brasileiro que colocamos à disposição de órgãos públicos e outros parceiros privados que queiram se somar a essa iniciativa para proteger um patrimônio nacional peculiar. Assim como temos a Amazônia Verde, com toda a dimensão da nossa floresta amazônica, temos a Amazônia Azul, que compreende as águas oceânicas e fluviais que banham a costa brasileira e que guarda riquezas naturais, culturais e econômicas constituindo um patrimônio de valor incalculável. No aspecto econômico, sabemos que 95% das nossas exportações passam pelos

portos de todo o país, mas o Amazônia Azul é mais do que isso: tem a ver com entretenimento, esportes, educação, saúde. alimentos, energia e turismo, com segurança e soberania nacionais, com a defesa do ecossistema, da fauna e da flora marinhas. Também tratamos das populações, de mobilidade, de transporte de cargas, da produção de pescados e da carcinicultura em cativeiros, enfim, temos um grande leque de atuação a ser efetivada por cada parceiro, cada um na sua área de atuação.

E qual será a área de atuação do Ministério Público. Já existe essa definição?

O Ministério Público atua sempre em defesa da ordem iurídica constitucional e legal. Esse é e será o limite do nosso trabalho. Vamos atuar no controle e na fiscalização das atividades realizadas nessas 200 milhas para combater organizações criminosas, pescas clandestinas, o tráfico que utiliza o mar como rota para essas práticas criminosas. É importante explicar que estamos falando de bens públicos, especialmente da União, de populações e do cumprimento de leis como a que transferiu para os municípios a responsabilidade de fazer a gestão de parte desses bens, inclusive com a cobrança e arrecadação de rendas e tributos. É nesse controle que vamos atuar, catalisando e induzindo políticas públicas nos distintos setores, com o Ministério Público atuando, cada membro, no âmbito do seu ramo e das atribuições do respectivo ofício. No caso do MPF temos

a defesa das populações tradicionais, por exemplo, do patrimônio da União. Temos o MPT, que cuida das relações de emprego e trabalho, temos o MPM, que atua na defesa e da atuação das Forças Armadas e temos uma gama de atividades que devem ser objeto de atuação dos MPs estaduais.

Falando de Meio Ambiente, como o projeto vai favorecer essa proteção?

Esse projeto tem o objetivo de assegurar a proteção, conforme previsto na Constituição Federal, que prevê o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. Para isso, é preciso ter sustentabilidade. Queremos e vamos trabalhar para que nossas águas oceânicas possam contar com a sustentabilidade, que significa atender três pontos: 1) assegurar que os recursos naturais estejam disponíveis a todos; 2) que promovam o desenvolvimento econômico e social e 3) que sejam protegidos de atividades predatórias e poluentes. A interseção entre essas esferas é o que caracteriza o desejável "desenvolvimento sustentável". Acreditamos que o projeto Amazônia Azul vai contribuir para que alcancemos esse equilíbrio desejado por todos.

Que ações já estão previstas para a execução do projeto?

Nesse primeiro momento, estamos celebrando acordos de cooperação técnica com vários parceiros. É muito importante assegurar essa capilaridade do projeto, com a participação de todos os estados e dos municípios. Estamos em tratativas com a Marinha do Brasil, que já tem uma longa trajetória na proteção das águas oceânicas e fluviais, com a admissão dos órgãos que possam contribuir, seja na frente da fiscalização seja na regulação e proteção de mercados e do patrimônio da União e de forma concorrente dos estados e municípios. Também estão sendo estudadas parcerias com os ministérios de Minas e Energia, de Pesca e Aquicultura, de Portos e Aeroportos e do Meio



Assim como temos a Amazônia Verde. com toda a dimensão da nossa floresta amazônica, temos a Amazônia Azul. que compreende as águas oceânicas e fluviais que banham a costa brasileira e que guarda riquezas naturais, culturais e econômicas constituindo um patrimônio de valor incalculável.

Ambiente e Mudança do Clima, que também têm atribuições relacionadas às águas oceânicas. Não há um limite de acões. salvo a Lei. O que esperamos é que esse trabalho avance reunindo todos que possam contribuir para a efetiva proteção da Amazônia Azul.

Como os promotores e procuradores da República vão ser chamados a atuar nesse proieto?

Nós estamos falando de atribuições que já existem. O MPF tem uma longa experiência na defesa do patrimônio da União e das populações ribeirinhas e costeiras, por exemplo. O que nós vamos fazer com o projeto é ampliar esse trabalho, inclusive oferecendo oportunidades de capacitação para os membros. Quero destacar a Amazônia Azul receberá atenção especial das Câmaras de Coordenação e Revisão, que são órgãos superiores do MPF e que tratam das temáticas Criminal, de Consumidor e Ordem Econômica, de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e, também, na defesa das populações indígenas e comunidades tradicionais. Podem ser criados grupos de trabalho específicos para tratar do assunto e ampliar o alcance do projeto. Assim como fizemos em outras áreas nos últimos quatro anos, estamos criando as melhores condições para que possamos executar mais algumas atribuições que o constituinte de 88 reservou ao Ministério Público. Com o projeto Amazônia Azul, o Ministério Público brasileiro reforça o grande elo entre a sociedade - que a instituição defende - e o Estado.